ANDRÉ PETRY, DE WASHINGTON

Mas onde foi parar o debate?

Honrado com um prêmio equivalente a um Nobel, o ex-presidente diz que o Brasil continua no rumo, mas reclama da apatia social e da falta de discussão política

om seu proverbial bom humor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso contou a uma plateia de 200 pessoas em Washington que só não aceitou ficar nos Estados Unidos nos anos 70, quando dava aulas no país, porque o convite não incluía uma cadeira de senador. "No Brasil, concorro e ganho", brincou. Voltou e ganhou a cadeira, Aos 81 anos, FHC cumpriu uma carreira brilhante, que lhe rendeu, na semana passada, o prêmio Kluge, concedido pela Biblioteca do Congresso americano. Equivalente a um Nobel na área de humanas, o prêmio vem com um cheque de 1 milhão de dólares, que ele pretende partilhar com os netos para ensinar-lhes a fazer ação social. Depois da premiação, em seu hotel na capital americana, ele falou do mundo e do Brasil na entrevista a seguir.



GILBERTO TADDAY

é o país da Bolsa
Família e da Bolsa
Empresa, o que
resultou na
felicidade geral.
Daí o apoio ao
governo. Com a
prosperidade
das bolsas, as
pessoas perderam
a motivação para
debater. Não há
mais debate

No exterior, até o ano passado o Brasil era uma estrela mundial, o país do futuro ao qual o futuro finalmente chegou. Agora, deu uma virada. Houve exagero antes ou agora? Houve exagero tanto antes quanto agora. O Brasil melhorou muito, mas não foi tanto assim. Faltou a percepção de que o PIB cresceu mas a sociedade continua com problemas. Não somos uma sociedade organizada, com democracia enraizada, acesso à educação e à saúde de boa qualidade. O mundo começou a olhar para o Brasil como se tudo estivesse resolvido. O exagero não se deu apenas em relação ao Brasil. Fiz uma visita recente à China, e lá eles fazem questão de insistir que são um país em desenvolvimento. Olhe que a China é o segundo PIB do mundo. Mas, efetivamente, é um país em desenvolvimento. Como o Brasil.

A mudança da percepção externa sobre o Brasil não é fruto do ativismo econômico do governo atual? A mudança começou quando apareceram alguns sinais de que talvez o Brasil fosse se desviar do caminho anterior, com as intervenções tópicas do governo na economia. Depois, a balança comercial deixou de ser tão favorável. O sujeito que tem bilhões de dólares investidos no Brasil começa a ficar com receio. Mas a situação não é tão negativa quanto está sendo pintada. O governo tem obrigação de se ajustar à conjuntura. A economia política é política por um lado, mas não é propriamente ciência por outro. É uma navegação. Se tem uma ilha, desvia-se. Sem tem tormenta, reduzse a velocidade. Só não pode perder o rumo. Agora, não vamos ignorar que o governo da presidente Dilma é mais voluntarioso no que diz respeito à sua relação com o mercado. É o comando do estado sobre o mercado, mas não é estatista. Tanto que acabou de fazer a concessão dos aeroportos. O que se percebe é que o DNA do governo atual é outro. O presidente Lula procurava disfarçar o seu DNA, se é que o tinha. A presidente Dilma é mais consequente com aquilo em que ela acredita. E ela acredita mais na regulação.

Há risco de o Brasil perder o rumo? Não acredito. Falaram muito por causa da mudança cambial, mas é bobagem. Eu mesmo mexi no câmbio várias vezes. Já demiti presidente do Banco Central. O perigo está na tendência ao protecionismo. A Argentina tem tendência protecionista abertamente. O Brasil também, mas é

topicamente. O protecionismo seria ruim para nós. Temos de aumentar a produtividade para poder baixar os preços e assim beneficiar a todos. Mas, quando se fecha o mercado, reduz-se a competição e, ao fazê-lo, reduz-se também o incentivo para as pessoas aumentarem a produtividade. Com o tempo, fica-se defasado. Nada disso é do interesse do Brasil.

Para manter o rumo, qual deve ser a prioridade do Brasil nos próximos anos? O vento no mundo não sopra mais a nosso favor. Então, o desafio do governo da presidente Dilma é retomar algumas reformas e fazer o que o governo do presidente Lula não fez durante o bom momento do crescimento econômico, que é cuidar do investimento e da poupança. No vento a favor, Lula cuidou do consumo, não da produção, do investimento. A produtividade da nossa indústria perdeu em comparação com a de outros países. Mas não é a produtividade de dentro da fábrica. É de fora. São as estradas, o custo da energia, os aeroportos, o sistema tributário, a educação. Mais do que a possibilidade, a presidente Dilma tem a necessidade de olhar para a poupança e o investimento. Nosso futuro está aí.

A crise no capitalismo ocidental está ajudando a tornar o capitalismo de estado da China mais atraente? Há muita insatisfação social nos países ocidentais e, daí, há um fascínio com o que se imagina que seja o outro lado. Mas a China tem um modelo complicado. Ali, deu-se a aliança do capitalismo de estado com as grandes corporações internacionais. O preço é menos liberdade. Não é um caminho para o Brasil. Nós somos mais ocidentalizados, estamos acostumados à liberdade. E PIB não é tudo, Nos anos 70, nosso PIB cresceu muito mas as pessoas não foram beneficiadas. Havia concentração de renda. Monopólios, públicos ou privados, concentram renda. Só ter grandes empresas concentra renda. É o perigo do Brasil de hoje.

Mas o Brasil não vive um processo de desconcentração de renda?

A transferência de renda saudável é para baixo, mas também temos a transferência para cima. O BNDES pega dinheiro do Tesouro e empresta a empresas com juros subsidiados. Quem paga o subsídio? Nós, os contribuintes. Dá cerca de 20 bilhões de dólares.

Se Roberto Jefferson não tivesse dramatizado e politizado, talvez o mensalão não tivesse a consequência que teve. Política requer que se tome partido, que se tome posição. Tem de dizer se está certo ou se está errado. A política é valorativa ***

A Bolsa Empresa está forte no Brasil. É provável que na década de 70, com grandes estatizações e grandes empresas, a renda tenha se concentrado. Agora, não será igual porque temos os dois movimentos: concentração para cima e desconcentração para baixo. O Brasil hoje é o país da Bolsa Família e da Bolsa Empresa, o que resultou na felicidade geral. Daí o apoio ao governo.

Isso é ruim? Primeiro, a felicidade é quase geral. A classe média ficou de fora. Mas, com a prosperidade das bolsas, as pessoas perderam a motivação para debater. Não há mais debate. O debate político-partidário perdeu sua centralidade. Não é um fenômeno só brasileiro. A Europa vive isso, os EUA também, mas com menor intensidade. No nosso caso, isso decorre da desconexão entre o mundo institucional da política e a sociedade. Passou a haver uma relação direta do Executivo com o povo, pulando o Congresso. É uma tendência brasileira antiga, mas se acentuou. Toda hora dizem que não temos oposição no Brasil. Está errado. A oposição está dentro do Congresso, só que o Congresso não tem repercussão na rua. Os partidos saíram da sociedade e se aninharam no Congresso ou no governo. O partido com mais vínculo com o movimento social era o PT. Com o PT no governo, o movimento social virou cadeia de transmissão da vontade oficial. Perdeu vitalidade. O debate se deslocou para a mídia. É por isso que o governo acusa a mídia de ser oposição. Porque é a única instituição que fala e o povo ouve.

Como os partidos podem voltar a se reconectar com a sociedade?

Eles precisam tomar posição diante dos fatos correntes. Como têm medo de assumir posições, os partidos não falam nada. Legalização das drogas? Silêncio. Aborto? Silêncio. Relação do estado com a religião? Silêncio. Qual a melhor maneira de resolver a questão do transporte? Silêncio. São questões do cotidiano. Questões que levariam a população a se identificar com os partidos. A própria sociedade civil, antes vibrante e ativa, se encolheu. Sempre digo: se você não politiza, não acontece nada. Veja o mensalão. Se Roberto Jefferson não tivesse dramatizado e politizado, talvez o caso não tivesse a consequência que teve. Política requer que se tome partido, que se tome posição. Tem de dizer se está certo ou se está errado. A política é valorativa.

Se o debate político perdeu vigor no Brasil, mas também na Europa e nos EUA, pode-se falar em crise da democracia? Fala-se nisso, mas não concordo. Ninguém quer não democracia. Mas é preciso ter um mecanismo pelo qual a população possa participar do processo decisório. Do debate, do antes. Só consegui fazer reformas porque houve muito debate e discussão. Agora, não. Quem debateu as quatro usinas da Petrobras? Quem debateu o trem-bala?

Se os réus do mensalão forem absolvidos pelo Supremo Tribunal, qual será o tamanho do desastre? Não sou juiz e não sei qual deve ser a sentença. O que sei é que, se houver algo a ser corrigido, e for, será um marco histórico. Até hoje, o povo sente que gente importante pode fazer o que quiser e não paga o preço. Uma absolvição, se for percebida como algo por baixo do pano, vai referendar isso. É um julgamento histórico porque uma sociedade se forma de símbolos. Quando Lula foi eleito, preparei a transição mais civilizada possível. Entre outras razões, porque Lula era o primeiro líder popular sindical eleito presidente. Simbolicamente, é importante.

Faltou diplomacia brasileira na crise que resultou no afastamento do presidente do Paraguai? Faltou diplomacia, mas não só brasileira. De todo mundo. Se eu pudesse ter interferido, aconselharia evitar o afastamento faltando dez meses para o fim do governo. A ação do Paraguai foi muito rápida, o que é politicamente inconveniente, mas não foi ilegal. Agora, grave também foi a entrada da Venezuela no Mercosul na ausência do Paraguai. Sou a favor da Venezuela no Mercosul. Mas ela tinha de ter cumprido o requisito básico de adotar a tarifa externa comum.

O Brasil está perdendo o foco na América do Sul ou perdendo influência? Está perdendo influência. Antes, tínhamos uma influência não discutida, automática e não anunciada. No meu governo, houve várias crises no Paraguai. Lidamos com elas de maneira efetiva e discreta. O Peru e o Equador estavam em guerra. Ajudei muito na paz entre esses países, mas nunca anunciei isso. Agora, com Hugo Chávez na Venezuela, criou-se outro polo de influência. Tenho a impressão de que o Brasil prefere não se contrapor. É como se fôssemos da mesma família. Sei que ele é meu primo, meu primo é meio canhoto, eu preferia que ele não

fosse, mas é meu primo. O Brasil fica um pouco tolhido de tomar posições para não ser percebido como alguém que saiu da família.

Há analistas dizendo que a relação entre estado e mercado será definida pelo que os Brics fizerem. O senhor concorda? Ninguém vai transformar a Europa numa China, ou vice-versa. É preciso entender que há diversidade na cultura, na forma de organização política. A Rússia é uma plutocracia autocrática. Isso não se aplica ao Brasil, à Índia nem à China. A China é um mandarinato ilustrado com responsabilidade popular. Na minha visita ao país, fiquei bem impressionado com o debate na universidade. Eles estão voltando a falar em termos confucianos da virtude. O funcionário público, o mandarim, deve ser competente, fazer concurso e ter a virtude de servir o público. Na Rússia, não tem isso. No Brasil, o estado sempre foi muito importante, continua sendo e sempre será. Há diferenças. Nos EUA, fala-se em universalizar a saúde e eles entram em pânico. No Brasil, quem vai dizer que saúde gratuita é medida socialista? Não teremos um modelo só no mundo. Haverá vários. Os países árabes, islâmicos, não vão adotar comportamentos idênticos aos do Ocidente. Isso é ilusão do ocidentalismo e seu poder militar, que vinha para impor a cultura. Isso não dá mais. O desafio é como conviver com as diferenças.

O que seguirá unindo o mundo? A noção de direitos humanos está voltando a ter peso. Sem perceber, estamos recriando a ideia de humanidade. Quando Hegel falava de humanidade, Marx dizia que, enquanto houvesse classe social, seria a classe. Só quando todos fossem iguais, poderíamos falar em humanidade. Agora, por causa da bomba atômica, do meio ambiente, é preciso pensar em humanidade. Gorbachev diz isso. Temos de pensar no conjunto, no que é universal e afeta a todos. Voltamos a ter de nos preocupar com os direitos que pertencem à humanidade. Temas como igualdade de homem e mulher, como tortura. O mundo terá de se organizar a partir de um núcleo de valores que afetem a humanidade, mas há que ter limite. Não podemos usar isso para impedir manifestações de diversidades culturais que são normais. Inclusive na política. O próprio mercado, hoje praticamente universal, sofre restrições diferentes aqui e ali. Vai continuar sofrendo. Esse é o desafio para o século XXI.